Ranking de Notícias: PEC que submete decisões do Supremo foi destaque

Ministros do Supremo Tribunal Federal criticaram a [proposta](#) que submete as decisões da corte em Ações Diretas de Inconstitucionalidade à análise do Congresso. A Proposta de Emenda à Constituição 33/2011 foi aprovada na quarta-feira (24/4) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O texto ainda tem de ser votado pelo Plenário da Câmara, em dois turnos, para ser enviado ao Senado. O ministro Marco Aurélio afirmou que, no contexto vivenciado pelas instituições, a aprovação pela CCJ soa como retaliação. De acordo com o ministro Gilmar Mendes, discussões semelhantes se arrastam há muito no tempo e já foram superadas pelo constitucionalismo mundial. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Acórdão do mensalão

O Supremo Tribunal Federal publicou na última segunda-feira (22/4), a [íntegra](#) do acórdão da Ação Penal 470, o processo do mensalão. São 8.405 páginas que trazem os votos de todos os ministros e os debates travados nas 53 sessões que levaram à condenação de 25 réus e à absolvição de outros 12 denunciados. Na sexta-feira (19/4), havia sido publicada no *Diário da Justiça* a [ementa](#) do acórdão. O documento, de 14 páginas, resume as decisões tomadas no julgamento e as votações. A publicação do acórdão completo revelou que vários ministros do Supremo Tribunal Federal suprimiram trechos dos próprios votos e opiniões no registro escrito do julgamento. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Prerrogativa do advogado

No acórdão do mensalão, consta um trecho do voto do ministro Celso de Mello que reforça as prerrogativas dos advogados em defesa de seus clientes. O trecho descreve o debate travado nos primeiros dias de julgamento, quando o ministro Joaquim Barbosa propôs que o Supremo Tribunal Federal enviasse à Ordem dos Advogados do Brasil uma representação contra três advogados que levantaram sua suspeição para julgar o processo. O ministro Celso de Mello falou que existe uma “cláusula de imunidade judiciária” relacionada à prática da advocacia. E que esta cláusula “reveste-se da maior relevância, ao assegurar ao advogado a inviolabilidade por manifestações que haja exteriorizado no exercício da profissão, ainda que a suposta ofensa tenha sido proferida contra magistrado, desde que observado vínculo de pertinente causalidade com o contexto em que se desenvolveu determinado litígio”. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista do domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o advogado Marcelo Knopfelmacher, presidente do Movimento de Defesa da Advocacia, detalhou a atuação do MDA e falou sobre questões como honorários, exame de Ordem, lavagem de dinheiro e delação. Sobre esse último tópico, é taxativo: “O advogado tem o dever de não delatar o cliente, sob pena de incorrer na prática de crime previsto pelo artigo 154 do Código Penal, que define a revelação sem justa causa de segredo profissional”. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Coluna da Semana

Em sua coluna *Constituição e Poder*, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Néviton Guedes, ao falar sobre a PEC 37, que impede o Ministério Público de conduzir investigação criminal, diz que “muito melhor andaria o legislador pátrio se, ao invés de tomar partido de interesses acentuadamente corporativos, ficasse ao lado do cidadão e, sem comprometer a possibilidade de investigação do Ministério Público, cuidasse de regular o procedimento investigatório criminal, pouco importando se a investigação fosse desenvolvida pela polícia, pelo Ministério Público ou por qualquer outra autoridade do Estado, para prestigiar o mais possível os direitos e garantias fundamentais do investigado”. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*

Artigo da semana

Os professores do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Fundação Getúlio Vargas Eurico Marcos Diniz de Santi e Isaias Coelho afirmam que “o país não precisa tanto mudar leis, a Constituição ou realizar uma mágica reforma tributária. A melhor estratégia está na mudança de mentalidade dos operadores do Direito, no incremento de efetivo controle social e na superação do paradigma do crime segundo o qual todo contribuinte é visto como sonegador”. *Clique [aqui](#) para ler o artigo.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 413 mil visitas e teve 990,9 mil de visualizações de página de 19 a 25 de abril de 2013. A quarta-feira (24/4) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 76,5 mil visitas.

O texto mais lido, com 7,5 mil visitas, foi a notícia sobre a possibilidade de réus condenados no processo mensalão poderem recorrer a órgãos de julgamento internacionais da Organização dos Estados Americanos, o que deverá ser acatado pelo Brasil. *Clique [aqui](#) para ler.*

O segundo texto mais lido, com 7,4 mil visitas, foi a notícia sobre o embate nos tribunais entre a professora Ada Pellegrini Grinover e o professor Antonio Gidi. A professora Ada teve nova derrota no processo movido, pois, segundo entendimento da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, "a crítica acadêmica e doutrinária não se confunde com ofensa pessoal, por se tratar de livre exercício do debate de ideias, intrínseca à própria dinâmica do meio acadêmico e fundamental ao aprimoramento de teses e obras doutrinárias. *Clique [aqui](#) para ler.*

As 10 mais lidas

[Réus podem ir à OEA e Brasil terá que acatar decisão](#)
[Ada Pellegrini perde nova batalha contra Antonio Gidi](#)
[Pior do que está pode ficar: mestres sem mestrado](#)
[Comissão aprova PEC que submete decisões do Supremo](#)
[E Kelsen se virou na tumba diante da simplificação!](#)
[Barroso é o mais indicado em enquête da ConJur](#)
[Mensalão: Advogado é inviolável no exercício da função](#)

[Íntegra do acórdão do mensalão tem 8.405 páginas](#)
[A PEC 37 e a investigação pelo Ministério Público](#)
[Reforma do apartamento de Barbosa custará R\\$ 90 mil](#)

Comentário da Semana

Na coluna *Constituição e Poder*, na qual o desembargador Néviton Guedes, o advogado Guilherme S. Goncalves fez o seguinte comentário: "O texto sintetiza, e pacifica, essa questão. De fato, o problema não se resolve com a proibição do MP investigar, mas com a plena aplicação das garantias fundamentais nessas investigações. E, evidente, uma boa regulamentação da atividade ajudaria. Bem como mais discricção e menos espetacularização por parte de muitos promotores e procuradores. É inaceitável que alguém saiba que foi ou esta sendo investigado por uma manchete de jornal. A PEC 37 e os riscos que ela traz são, em essência, uma reação (equivocada) contra esses excessos". *Clique [aqui](#) para ler.*

Manchetes da Semana

[Tentativa de enquadrar o Supremo é retrocesso de 80 anos](#)
[Direito ao esquecimento põe em risco arquivo histórico](#)
[Supremo suspende projeto que inibe criação de partidos](#)
[Ministros criticam submissão de decisões do STF ao Congresso](#)
[CCJ aprova proposta que submete decisões do STF ao Congresso](#)
[MP de Minas ajuíza Ação Civil Pública contra proibições da OAB](#)
[Rogério Tolentino pede redução de pena ao Supremo](#)
[Governo de Minas é condenado a indenizar por prisão indevida](#)
[Celso de Mello: "Advogado é inviolável no exercício da função"](#)
[Supremo publica a íntegra do acórdão do mensalão](#)
["Advogado tem o dever de não delatar seus clientes"](#)
[Barroso lidera enquête da ConJur para vaga no STF](#)
[Demora de dez anos em investigação faz crime prescrever](#)
[Condenados podem ir à OEA e Brasil terá de aceitar decisão](#)

Date Created

27/04/2013